



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 26/2018

Período: 28/07/2018 – 03/08/2018

GEDES – UNESP

- 1- Exército destruiu armas apreendidas
- 2- Economista defendeu participação de militares na política
- 3- Comandante mostrou preocupação com política em solenidade
- 4- Militares consideraram atual cenário político como oportunidade
- 5- Ministério Público reabriu investigação de caso Herzog
- 6- FAB investigou acidentes de aeronaves
- 7- Documento do regime militar aponta que militares monitoravam seguidores de Osho
- 8- General que defendeu intervenção militar retomou negociações com presidencial
- 9- Jornalista comentou a visão da sociedade sobre o regime militar
- 10- Governo brasileiro propôs comercializar áreas de lançamentos de foguetes

1- Exército destruiu armas apreendidas

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo informou que, desde junho de 2017, o Exército destruiu 19.327 armas retiradas de prédios do sistema judiciário. Segundo o periódico, o Exército afirmou que no estado de São Paulo foram recolhidas 6.128 armas para destruição no primeiro semestre de 2018. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 28/07/18*)

2- Economista defendeu participação de militares na política

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o economista Paulo Guedes, em entrevista para o Estadão/Broadcast no dia 27/07/18, defendeu a participação de militares em um possível governo do presidencial do Partido Social Liberal (PSL), deputado federal e capitão da reserva do Exército, Jair Bolsonaro. Guedes é assessor econômico de Bolsonaro. “Entrou alguém que estava na guerrilha há 20 anos, por que não pode entrar um (ex-) capitão do Exército?”, questionou Guedes durante a entrevista. Segundo *O Estado*, a observação de Guedes faz referência a ex-presidente da República, Dilma Rousseff, que, durante o governo militar (1964-1985), participou da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). (*O Estado de S. Paulo – Política – 28/07/18*)

3- Comandante mostrou preocupação com política em solenidade

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o comandante do Comando Militar do Sudeste (CMSE), general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, afirmou em discurso

no dia 27/07/18, durante a cerimônia de aniversário do CMSE, que “a lei tem de ser cumprida, independentemente de quem está sendo atingido por ela”. De acordo com o jornal, o discurso do comandante demonstrou preocupação com a possibilidade de revisão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da autorização para condenação em segunda instância. Segundo *O Estado*, a fala de Pereira foi semelhante à manifestação do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, nas redes sociais às vésperas do julgamento do habeas corpus do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo *O Estado*, Pereira falou durante o discurso que os militares do CMSE guiam seus valores pela “legalidade, pela legitimidade e pela estabilidade”. Segundo o comandante do CMSE, o período de eleições é “muito importante” e se deve “respeitar o resultado das urnas”. De acordo com *O Estado*, para o deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Baleia Rossi, o comandante do CMSE mostrou um “tom apartidário” em seu discurso. De acordo com o deputado estadual de São Paulo pelo Partido Progressista (PP), coronel Telhada, Pereira reforçou a defesa da legalidade. Em coluna opinativa para *O Estado*, o jornalista Roberto Godoy afirmou que a mensagem do comandante “foi clara”, ao destacar que a lei deve ser igual para todos. Godoy apontou a proximidade entre o comandante do CMSE e seu superior, comandante do Exército, general Villas Bôas, para quem os temas abordados por Pereira – “defesa do limite constitucional, a legalidade, a legitimidade e a estabilidade” – são como “um mantra”. (*O Estado de S. Paulo – Política – 28/07/18*)

4- Militares consideraram atual cenário político como oportunidade

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian afirmou que, após perder prestígio nas três décadas posteriores ao fim do regime militar (1964-1985), as Forças Armadas consideraram o ambiente político atual propício para recuperar influência institucional e política. Segundo o jornalista, parte dos integrantes da ativa e da reserva das Forças Armadas crê que, mesmo com a formação de um novo governo em 2019, o cenário político instável tende a continuar. De acordo com Boghossian, desde abril de 2018 – quando o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, manifestou “repúdio à impunidade” na véspera do julgamento do habeas corpus do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Supremo Tribunal Federal (STF) – os militares têm expressado contrariedade perante a esquerda política e apoio ao pré-candidato à presidência da República e deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro. Segundo o colunista, os militares adquiriram destaque durante o atual governo do presidente da República, Michel Temer, e pretendem conseguir suas prioridades, voltadas ao reequipamento das Forças Armadas, à exceção das tropas na reforma da Previdência e a espaços no poder. Adicionalmente, o jornalista recordou que Villas Bôas realizou sabatinas com dez pré-candidatos à presidência da República, ação incomum na história brasileira. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 29/07/18*)

5- Ministério Público reabriu investigação de caso Herzog

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal reabriu as investigações sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida em uma cela do Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), na cidade de São Paulo, em 1975, durante o regime militar (1964-1985). O caso foi reaberto depois que a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou, no início de julho, o Brasil por não ter punido ou condenado os responsáveis pela morte de Herzog. A reabertura do caso foi anunciada em reunião

na TV Cultura com procuradores da República e integrantes do Centro de Justiça e Direito Internacional (Ceji), além de familiares do jornalista. O Ministério Público já realizou uma investigação anterior sobre o caso, arquivada em 2009 em função da Lei de Anistia de 1979, que perdoou crimes cometidos durante o período do regime militar. De acordo com a *Folha*, após ser condenado duas vezes pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Ministério Público Federal decidiu adotar uma postura mais comprometida e exigiu que casos - como o do jornalista Herzog e o desaparecimento de 62 pessoas na Guerrilha no Araguaia - fossem enviados novamente à Justiça. Durante o encontro na TV Cultura, a família de Herzog, exigiu um pedido de desculpas por parte do Estado brasileiro. Na ocasião, Ivo Herzog, filho do jornalista afirmou que “as Forças Armadas ainda não reconheceram os erros do passado” (*Folha de S. Paulo - Poder - 31/07/2018*).

6- FAB investigou acidentes de aeronaves

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) investigou a queda de duas aeronaves. Segundo os jornais, um bimotor, modelo King Air C90GTI, caiu no dia 29/07/18, por volta das 18h no Aeroporto Campo de Marte, zona norte da cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. Conforme os jornais, a aeronave pertencia a uma empresa de Santa Catarina. Havia sete pessoas a bordo do avião. O piloto, Antônio Traversi, morreu durante a operação de resgate. Segundo nota divulgada pela FAB, “a investigação realizada pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) tem o objetivo de prevenir que novos acidentes com as mesmas características ocorram”. De acordo com a FAB, foi enviada uma equipe para fotografar cenas, reunir documentos, retirar partes da aeronave para análise, além de ouvir relatos de pessoas que possam ter visto a queda. Conforme os periódicos, ainda não foi possível apontar as causas do acidente. Segundo o *Correio*, a FAB também começou a investigar, no dia 02/08/18, as causas da queda da aeronave Embraer 711-ST. O avião com quatro ocupantes, caiu no dia 01/08/18, próximo ao limite das cidades de Planaltina e Água Fria, no estado de Goiás. Segundo o periódico, o acidente ocorreu durante uma tentativa de pouso forçado em que a aeronave tocou uma árvore, após uma pane. De acordo com o *Correio*, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) informou que tanto a licença do avião como a do piloto estavam em dia. (*Correio Braziliense – Brasil – 30/07/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 30/07/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 30/07/18; Correio Braziliense – Cidades – 02/08/18*)

7- Documento do regime militar aponta que militares monitoravam seguidores de Osho

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, Serviço Nacional de Informações (SNI) produziu um relatório confidencial sobre comunidades brasileiras que seguiam a filosofia do guru indiano Baghwan Shree Rajneesh, conhecido como Osho, durante o regime militar (1964-1985). Conforme o jornal, os militares viam com preocupação a entrada de filosofias orientais no país. De acordo com documentos de 1984, os agentes do regime acreditavam que a intenção do movimento era "aliciar menores e induzi-los ao uso e ao tráfico de tóxicos e realizar retiros espirituais em regime de promiscuidade e libertinagem". Segundo o jornal, a inteligência realizou fichamentos e acompanhava os líderes do movimento. O grupo se organizou nas áreas rurais, com a estimativa de cerca de 2.000 seguidores no país. Segundo a *Folha*, o SNI identificou comunidades nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e no Distrito Federal. Nos documentos do regime, os militares afirmam que os gurus tinham a intenção de construir uma cidade perto da capital federal do Brasil, Brasília,

denominada Ecopoli. Em documento datado de 1973, um embaixador brasileiro em Nova Délhi alertou o governo brasileiro sobre "a ação internacional de gurus, exportados pela Índia, os quais cada dia conquistam mais adeptos para uma filosofia que contrasta frontalmente com a do mundo ocidental". (Folha de S. Paulo – Poder – 30/07/18)

8- General que defendeu intervenção militar retomou negociações com presidencial
De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva e presidente do Clube Militar, Hamilton Mourão voltou a ser cogitado como possível vice para a chapa do presidencial pelo Partido Social Liberal (PSL), deputado federal Jair Bolsonaro. O general fora considerado anteriormente, mas as propostas foram desfeitas por impasses ideológicos, identificados após criticar posicionamentos radicais à correligionários de Bolsonaro. Segundo *O Estado*, Mourão afirmou que a aliança depende exclusivamente de tratativas entre os partidos. Segundo o general, uma aliança entre PSL e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) seria benéfica, tendo em vista a cláusula de barreira em vigência nas eleições de 2018. Segundo o periódico, Mourão assinalou que concorda com o teor das propostas de Bolsonaro, mas criticou a forma como determinados assuntos foram tratados. O Estado recordou que em 2017, Mourão defendeu a possibilidade de uma intervenção militar na política nacional. (*O Estado de S. Paulo* – Política – 01/08/18)

9- Jornalista comentou a visão da sociedade sobre o regime militar

Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, o jornalista William Waack comentou que a sociedade brasileira entende como “página virada” os acontecimentos do regime militar (1964-1985). De acordo com Waack, “não há uma ‘memória coletiva’ dos males de uma ditadura”. O jornalista argumentou que a percepção do eleitorado sobre o presidencial do Partido Social Liberal (PSL) e deputado federal, Jair Bolsonaro, exemplifica a ausência de memória coletiva sobre o regime militar. O jornalista também afirmou que a divulgação de documentos da Agência Central de Inteligência estadunidense “sequer arranha a superfície de um estado de espírito na sociedade segundo o qual o passado pouco interessa para decisões que têm de ser tomadas a partir das votações de hoje”. (*O Estado de S. Paulo* – Política – 02/08/18)

10- Governo brasileiro propôs comercializar áreas de lançamentos de foguetes

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o governo brasileiro iniciou a negociação com o governo dos Estados Unidos acerca da comercialização de áreas de lançamentos de foguetes na Base de Alcântara, no estado do Maranhão. Segundo o jornal, a proposta está em fase inicial e os recursos arrecadados serviriam para operacionalizar uma nova edição do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), que foi renovado durante cerimônia no dia 01/08/18, com a presença do ministro da defesa, general Joaquim Silva e Luna, e o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Rossato. Em entrevista à *Folha*, o presidente da Comissão de Coordenação de Implantação de Sistemas Espaciais (CCISE) da Força Aérea Brasileira (FAB), major-brigadeiro Luiz Fernando Aguiar, defendeu o acordo e afirmou que esse servirá para captar recursos e desenvolver um “projeto que auxilia todos os ministérios”, criando um “produto nacional” que funcione em todas as etapas de efetivação. O major-brigadeiro afirmou também que os termos da proposta devem ser estabelecidos e divulgados até o final do ano de 2018. (*Folha de S. Paulo* – Ciência – 03/02/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Santana Vieira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Relações Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).